

## **GESTÃO DO TURISMO CULTURAL, DESENVOLVIMENTO LOCAL E REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DE DUAS CIDADES BRASILEIRAS<sup>1</sup>**

Lúcia Maria Aquino de Queiroz<sup>2</sup>

Diomira Maria Cicci Pinto Faria<sup>3</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho, fruto de projeto de pesquisa de pós-doutorado, compreendendo o turismo cultural enquanto uma atividade econômica capaz de contribuir para o desenvolvimento local, apresenta uma abordagem inovadora que objetiva investigar em duas cidades brasileiras, Cachoeira, situada no Recôncavo Baiano, e Ouro Preto, em Minas Gerais, o papel do Estado no desenvolvimento do turismo cultural de espaços urbanos reconhecidos como detentores de expressivo patrimônio histórico-cultural. Adotando como procedimento metodológico o levantamento de informações secundárias e pesquisa direta, utilizando-se da técnica da “Bola de Neve” (snowball), em que, sucessivamente, um ator indica outro participante, buscou-se conhecer o perfil das organizações do turismo cultural de cada uma dessas cidades, suas dificuldades e avaliações da atuação dos poderes públicos. Através da análise de redes sociais e do uso da métrica de centralidade de grau do *Gephi*, plataforma *open source* para visualização e manipulação de grafos dinâmicos e hierárquicos, foi possível identificar os principais parceiros dos agentes centrais da rede das organizações do turismo cultural em Cachoeira e em Ouro Preto. O estudo realizado nos dois espaços urbanos serviu para indicar que no Brasil, mesmo em cidades históricas consideradas patrimônio nacional ou mundial, o turismo cultural pode não ser percebido e tratado como prioridade pelos gestores locais. Em adição, permitiu apontar formas de atuação das organizações nas redes do turismo cultural, que possam trazer aportes favoráveis ao alcance de novos patamares de desenvolvimento local.

### **Palavras-chave**

Gestão do Turismo Cultural; Cachoeira; Ouro Preto; Desenvolvimento Local; Políticas Públicas; Redes Sociais.

---

<sup>1</sup> Projeto Pós-doutoral Turismo, Cultura, Desenvolvimento e Políticas Públicas: um estudo comparado das realidades de Cachoeira (BA) e Ouro Preto (MG), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Investigadora: Lúcia Maria Aquino de Queiroz.

<sup>2</sup> Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Rua Maestro Irineu Sacramento, S/N, Centro, Cachoeira, Bahia, Brasil, Cep.: 44.300.000, Tel.:55753424-1062 .E-mail: luciamaqueiroz@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Orientadora e Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, UFMG. E-mail: diomira@uol.com.br.

## **MANAGEMENT OF CULTURAL TOURISM, LOCAL DEVELOPMENT AND SOCIAL NETWORKS: AN ANALYSIS OF TWO BRAZILIAN CITIES**

### **Abstract**

The present work, the result of a postdoctoral research project, comprising cultural tourism as an economic activity capable of contributing to local development, presents an innovative approach that aims to investigate in two Brazilian cities, Cachoeira, located in the Recôncavo Baiano, and Ouro Preto, in Minas Gerais, the role of the State in the development of cultural tourism in urban spaces recognized as holders of significant historical and cultural heritage. By taking as a methodological procedure the survey of secondary information and direct research, using the technique of "Snowball", in which, successively, one actor indicates another participant, it was aimed to know the profile of the cultural tourism organizations of each one of these towns, its difficulties and evaluations of the performance of public authorities (Federal Government, States and Municipalities). Through the analysis of social networks and the use of Gephi's degree centrality metrics, an open source platform for visualization and manipulation of dynamic and hierarchical graphs, it was possible to identify the main partners of the network agents of the cultural tourism organizations in Cachoeira and in Ouro Preto. The study carried out in the two urban spaces served to indicate that in Brazil, even in historical cities considered national or world heritage, cultural tourism may not be perceived and treated as a priority by local managers. In addition, it allowed us to point out ways in which organizations operate in cultural tourism networks, which can bring favorable contributions to the achievement of new levels of local development.

### **Keywords**

Cultural Tourism Management; Cachoeira; Ouro Preto; Local Development; Public Policy; social networks

## 1. INTRODUÇÃO

Por um longo período o turismo foi conceituado privilegiando sua dimensão econômica (Figueirola, 1990). Entretanto, na atualidade, fortalece sua dimensão territorial que envolve um deslocamento e, portanto, uma relação espaço-tempo-movimento, e que compreende uma prática social coletiva geradora de atividades e manifestações econômicas, “com influência em todos os setores da vida coletiva: nas instituições, nas mentalidades, nas concepções de identidade e até na ideia que a sociedade faz de si mesma” (Vera, *et al*, 1997:51).

Hoje, após diversas análises sobre as relações entre a atividade turística e o espaço territorial, dentre as quais não se pode esquecer as categorias analíticas concebidas por Knafou (2001), as percepções críticas de Rita Cruz (2000), a defesa do planejamento turístico empreendida por um conjunto de autores, dentre os quais Hall (2001), ou a proposta de ordenamento territorial de Vera (1997)<sup>4</sup>, a economia do turismo lança um novo olhar sobre o destino, propondo o seu protagonismo na definição do modelo de turismo a ser adotado para o desenvolvimento desta atividade. Conforme Sharpley (2009), autor responsável por essa proposta, cabe ao destino o melhor aproveitamento possível dos resultados do turismo. À frente da condução do processo de expansão do turismo, o destino é quem deverá definir os recursos ou ativos que devem ser explorados e até que ponto estes devem estar a serviço da atividade turística.

A princípio, o grande desafio da proposta de Sharpley envolve a compreensão de quais serão os agentes do destino responsáveis pela definição do modelo de turismo a ser desenvolvido. O autor propõe que essa definição seja também variável, a depender das especificidades de cada destino. Em alguns casos, a coordenação do processo pode estar sob a responsabilidade do setor público, com um capital político mais expressivo para assumir a liderança, em outros, pode ser atribuída a estruturas institucionais, sistemas políticos predominantes ou até a elite local. Assim como a sustentabilidade, o planejamento e a tomada de decisões são vistos como inerentes a cada modelo.

Para Sharpley (2009), o turismo não necessariamente leva ao desenvolvimento, principalmente quando este conceito está atrelado ao atributo da sustentabilidade, abrangendo, portanto, objetivos quantificáveis, expressos em indicadores como os de riqueza, alfabetização, educação, etc., e também intangíveis, como confiança e liberdade. Em que pesem essas considerações, reconhece o elevado potencial da atividade para gerar benefícios econômicos derivados dos gastos dos turistas em produtos, serviços e experiências.

Diante das potencialidades acenadas pelo turismo na contemporaneidade, já não se pode mais pensar em desenvolvimento urbano, políticas públicas e privadas, sustentabilidade e requalificação de áreas históricas degradadas sem que essa atividade econômica seja contemplada no contexto da análise. Isso, sobretudo, quando consideradas as múltiplas funções e significados assumidos pelas cidades, enquanto espaços de produção, de consumo, cenário simbólico de representações, de práticas de ócio para os seus habitantes e espaço consumido como produto turístico.

---

<sup>4</sup> Para acesso a uma análise desse conjunto de autores, ver Queiroz, 2007:63-103.

As expectativas para com o desenvolvimento do turismo urbano são muitas vezes extremamente amplas, e não apenas para as cidades situadas em países considerados em desenvolvimento e, portanto, mais carentes de alternativas econômicas. Entretanto, o que se tem verificado com uma maior frequência, em contraposição a esta ideia da regeneração ocasionada pelo turismo, é que a expansão do turismo urbano vem ocorrendo em muitas cidades de forma desestruturada, resultando em novas dificuldades. A exemplo da substituição de funções urbanas tradicionais pela nova infraestrutura – hotéis, equipamentos de lazer e outros – e por funções de entretenimento, conduzindo ao desequilíbrio do sistema urbano; significativos impactos sobre a cultura local, o ambiente urbano, o sistema de transportes, de abastecimento, de saneamento, dentre outros; maior atração da população de mais baixo nível de renda, que migra em busca de oportunidades no turismo e, com isso, o crescimento da marginalidade e da violência urbana, sobretudo em cidades de países periféricos; a contradição entre os interesses e a lucratividade das empresas de turismo e a comunidade residente.

Apesar dos desafios que se colocam para que os centros urbanos possam usufruir os benefícios do turismo, autoridades locais, de cidades dotadas dos mais distintos portes e níveis de renda, estão descobrindo essa atividade enquanto uma nova oportunidade para o desenvolvimento local. Embora inexista uma definição global, um consenso entre os pesquisadores, estudiosos, políticos e outros, o desenvolvimento local pressupõe a adequação a um movimento fundamentalmente endógeno, "que surge da iniciativa da sociedade civil, vinculada a um território e a uma história concreta, fundamentada na valorização e utilização dos recursos locais com que conta, e que deve estar acompanhado de iniciativas institucionais de acompanhamento" (Gonzales, 1998, *apud* Queiroz, 2007:53). Ou seja, um desenvolvimento que se vincula com algo mais que com simples crescimento econômico, combinando fatores sociais, ecológicos, culturais ou políticos dentre de uma dimensão econômica (Molina, 1991, *apud* Queiroz, 2007:54).

Indubitavelmente, o turismo tornou-se, nas últimas décadas, um campo de atuação cada vez mais amplo, articulado com setores como hospitalidade, agenciamento, transportes, comunicação, entretenimento, esportes, gastronomia e eventos. Sofreu, simultaneamente, os efeitos da globalização e da regionalização. Segmentou-se, recorrendo aos diferenciais dos territórios na conformação das suas novas modalidades: turismo rural, cultural, religioso, de aventura, náutico, de negócios, dentre outros. Tornou-se um elemento fundamental à competitividade de centros urbanos, em especial dos espaços privilegiados de concentração criativa, simbólica e produtiva.

Nesse contexto de transformações da atividade e de fragmentação da oferta turística, o turismo cultural vem se destacando como um segmento em franca expansão, um dos grandes responsáveis pelo incremento da atividade turística mundial. Essa crescente valorização da cultura pelo turismo conduziu a que, já em finais dos anos 1990, a Organização Mundial de Turismo divulgasse o conceito de turismo cultural como equivalente ao segmento da "indústria do turismo" que enfatiza e potencializa as atrações culturais, incluindo os museus, peças, músicas, práticas religiosas tradicionais e outras performances. No Brasil, na segunda metade dos anos 2000, o Ministério do Turismo (MTur) lançou a publicação "Turismo Cultural: Orientações Básicas", tendo como objetivo declarado "promover a segmentação do turismo com vistas à redução da pobreza e inclusão social" (Brasil, 2010:7).

Como uma atividade econômica, o turismo cultural urbano, tema central desse artigo, tende a ser uma importante alternativa para cidades dotadas de expressivo patrimônio cultural – material e imaterial. A geração de novos negócios poderá contribuir com o incremento da renda local, com o aumento da oferta de empregos, ampliação da visibilidade nacional e internacional do território, e, até mesmo, quem sabe, com a preservação do atrativo central - o patrimônio cultural - o que não significa, porém, uma efetiva melhoria para as comunidades locais. Quanto mais vulnerável econômica e socialmente a população do dado espaço urbano e turístico se apresente, menores serão as suas chances de uma efetiva inclusão na atividade turística. Irá ocupar os empregos de menor qualificação, caso os ocupe; terá chances remotas de torna-se empreendedora, de presenciar melhorias na infraestrutura urbana dos locais onde reside, de não ser apenas expectadora de um processo de expansão econômica nada ou muito pouco incluyente.

Mas, será que a percepção de que “de modo geral os residentes não se beneficiaram e não se beneficiam do ‘progresso’ que o turismo promete” (Ouriques, 2005: 96), ou que essa atividade não conduz ao almejado desenvolvimento local deve conduzir a que o turismo seja descartado enquanto uma possibilidade econômica? Talvez uma alternativa seja encará-lo enquanto um negócio, como poderia ser a agricultura, a mineração, os demais segmentos industriais, o comércio, os serviços ou qualquer outra atividade econômica; negócio que tem suas particularidades, seus desafios e suas oportunidades.

A percepção, a partir de estudos e diálogos com agentes do turismo e comunidades, da importância do fortalecimento das organizações locais do turismo cultural, da sua rede de parcerias e das suas relações com os poderes públicos, caso se pretenda alcançar benefícios mais amplos com a expansão dessa atividade, conduziu à proposição de um estudo comparado das organizações do turismo cultural de duas cidades brasileiras consideradas detentoras de expressivo patrimônio histórico-cultural: Cachoeira/Bahia e Ouro Preto/Minas Gerais. Adotando como procedimento metodológico o levantamento de informações secundárias e pesquisa direta, utilizando-se da técnica da “Bola de Neve” (*snowball*), em que, sucessivamente, um ator indica outro participante, buscou-se, através da análise de redes sociais e do uso do *Gephi*, uma plataforma *open source* para visualização e manipulação de grafos dinâmicos e hierárquicos, produzir um esquema teórico e gráfico que possibilite uma nova forma de análise do turismo cultural de cada um desses espaços urbanos.

O presente estudo não pretende apresentar modelos e soluções pré-definidas para o turismo cultural dessas localidades. Como sabido, os territórios são individualizados podendo levar ao fracasso as tentativas e experiências de importação e aplicação de modelos genéricos nas mais distintas realidades. Intenciona, sim, conhecer o perfil das organizações do turismo cultural de cada uma dessas cidades, suas dificuldades e avaliações quanto à atuação dos poderes públicos; os principais parceiros dos agentes centrais da rede das organizações do turismo cultural e as particularidades e semelhanças no processo de desenvolvimento dessa atividade em cada cidade estudada, evidenciando o papel das gestões públicas nos resultados alcançados pelo turismo. Por fim, indicar formas de atuação das organizações nas redes do turismo cultural, que possam trazer aportes favoráveis ao alcance de novos patamares de desenvolvimento local.

## **2. AS CIDADES OBJETO DE PESQUISA**

Um importante questionamento pode ser realizado a princípio: porque a opção do estudo por Cachoeira e Ouro Preto? O que guardam em comum? E porque uma análise comparada?

Cachoeira e Ouro Preto são cidades brasileiras que ocuparam um importante papel nos ciclos primário-exportadores do Brasil Colonial. A primeira, com a economia da cana-de-açúcar e a segunda, com o ouro, o que as possibilitou constituir um valioso patrimônio edificado e imaterial. Cidades que, graças, sobretudo, à estagnação da sua economia, conseguiram manter seu patrimônio cultural. E isso, apesar das adversidades sofridas, englobando, dentre elas, a desatenção dos poderes públicos, intempéries climáticas (como enchentes do rio Paraguaçu em Cachoeira e deslizamentos de terras em Ouro Preto), incêndios e roubos de peças sacras, expansão urbana desordenada, dificuldade da população para manter os seus imóveis preservados e desconhecimento da sua importância histórica, migração populacional e possível perda de atores considerados como referência da cultura local, dentre outros.

Cidades monumento, cujo conjunto urbano arquitetônico, urbanístico e paisagístico é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em que pese Ouro Preto ser também reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Cidades cuja religiosidade, os saberes e as práticas comunitárias possibilitaram a constituição de um amplo conjunto de manifestações culturais – celebrações, ofícios e formas de expressão – também preservado, em parte, pelo citado declínio econômico, ainda que tenham sido e sejam expressivos os problemas enfrentados para sua manutenção, dentre os quais, mais uma vez, a insatisfatória atenção governamental e, junto a esta, a escassez de recursos, os preconceitos e perseguições (como vivenciados pelos cultos de matriz africana, ainda que, em alguns casos, de forma velada), dentre outros.

Ouro Preto e Cachoeira guardam também em comum a grande diversidade de bens culturais de natureza imaterial de tradição africana. Em Cachoeira, dada a forte presença dos cultos de matriz africana e das celebrações e formas de expressão que com estes mantêm estreitos laços, dentre os quais o samba de roda, Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, esse patrimônio é mais evidente ao visitante que procura a localidade, o que não significa dotado de expressivo apoio governamental. Já em Ouro Preto, embora significativo, os bens culturais de matriz africana encontram-se ofuscados pelo marketing e ações direcionadas ao patrimônio edificado e pelo forte alinhamento da imaterialidade local às tradições católicas.

As cidades objeto de estudo estão situadas próximas e quase equidistantes às suas respectivas capitais do Estado, e sediam unidades de ensino superior federais, com expressivos impactos sobre o território e a socioeconomia local. Em síntese, Cachoeira e Ouro Preto são detentoras de aspectos semelhantes e de particularidades, o que justifica um estudo comparado, desde que o seu objetivo não seja adjetivá-las, mas, sim, conhecer as experiências de cada uma delas, verificar os pontos de convergência e divergência, respeitando suas características ambientais, socioculturais, políticas e econômicas, e utilizar esse conhecimento como uma contribuição a esses e a outros espaços urbanos do Brasil que tenham o turismo cultural como atividade econômica potencial ou de expressão.

## **2.1 Cachoeira: a incipiência do turismo cultural na antiga zona de produção de cana-de-açúcar**

A cidade de Cachoeira, considerada Monumento Nacional pelo Iphan, em 1971, com uma população estimada em 16.387 habitantes (Brasil, 2018) está localizada a 111 Km de Salvador, capital da Bahia, no Recôncavo Baiano, território que ocupou posição de destaque em termos econômicos e políticos no Brasil Colônia, se constituindo no principal centro de manufatura de exportação da Bahia, graças à produção de cana-de-açúcar e fumo. Após um período de intenso apogeu, Cachoeira, sede de um município criado por Ordem Régia em 09/01/1698, foi elevada à categoria de cidade em 13 de março de 1837. No final do século XIX enfrentou a sua primeira crise econômica, chegando a perder parte expressiva da sua população. O agravamento dos problemas na agroindústria fumageira, a reestruturação do sistema viário estadual, com a marginalização do seu porto e da sua função de interligação entre as cidades do interior e a Capital, devido à implantação de um novo sistema de transporte rodoviário, foram fatores que conduziram a que Cachoeira, assim como outras cidades do Recôncavo Baiano, mergulhasse em uma profunda crise, ficando isolada dos novos processos que passam a reger a socioeconomia brasileira e que foram deslocados para a região Sudeste do Brasil (Queiroz e Souza, 2009).

Tendo assistido, entre o século XIX e os anos 1940, a desorganização dos seus arranjos produtivos e a retração do tráfego intrarregional de pessoas, mercadorias e capitais, seja por via terrestre ou fluvio-marítima, o Recôncavo Baiano passa, a partir desse período, a assumir uma nova configuração territorial, com a perda das áreas de maior dinamismo econômico, como as cidades de Salvador e Feira de Santana, sendo considerado no século XX como sinônimo de região decadente. Como parte desse conjunto, Cachoeira também assumiu a condição, desde inícios do século passado, de cidade economicamente deprimida. Mas, se por um lado a estagnação econômica trouxe inúmeros problemas para esta cidade, que até esse momento apresenta baixos indicadores de desenvolvimento econômico e social<sup>5</sup>, em que pesem as intervenções do Programa Monumenta a partir de inícios do novo século, e os impactos da implantação do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB) em 2006, por outro, possibilitou a que fosse preservado um importante patrimônio cultural – material e imaterial – que hoje se constitui em valiosa matéria-prima para o desenvolvimento do turismo cultural.

De forma desconectada das políticas para o turismo, as primeiras intervenções públicas com vistas à salvaguarda do patrimônio histórico e artístico nacional a contemplar Cachoeira foram iniciadas em 1938, quando o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) inscreve nos Livros do Tombo alguns monumentos arquitetônicos da cidade, como o Conjunto do Carmo, composto pela Igreja do Carmo, Convento e Casa de Oração da Ordem Terceira (1938), Igreja Nossa Senhora do Rosário (1939), Imóvel nº 34 na Rua Sete de Setembro (1941), Imóvel nº 17 na Rua Benjamin Constant (1943), entre outros. De uma forma geral, parte expressiva dos bens imóveis inscritos nos Livros do Tombo pelo Sphan entre os anos de 1938 e 1967 era composta por monumentos arquitetônicos, sendo prioritários os de arquitetura religiosa dos séculos XVI, XVII e XVIII. (Werkema, 2018).

---

<sup>5</sup> Em 2010 aproximadamente 41% dos domicílios de Cachoeira não apresentavam serviço de saneamento adequado. Em 2010 cerca de 17% da população municipal estavam abaixo da linha de extrema pobreza, com rendimento domiciliar per capita mensal inferior a R\$ 70,00. O Índice de Desenvolvimento Humano para o município no ano em análise, embora superior ao ano 2000 (0,516), equivaliu a 0,647 (Bahia, 2018).

No princípio da década de 1970, o organismo nacional de proteção ao patrimônio, já na condição de instituto, procede ao tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Cachoeira. Esse ato, efetivado em 18 de janeiro de 1971, pelo decreto nº 68.045, constituiu-se na primeira política cultural na esfera federal voltada para esta cidade com vistas a salvaguardar a totalidade do acervo arquitetônico e a preservar a paisagem do entorno.

Quanto às políticas públicas direcionadas propriamente ao turismo do Recôncavo, estas foram iniciadas, ainda que timidamente, na década de 1960. Entretanto, só nos 1970 a região foi concretamente evidenciada nas discussões travadas e nas políticas públicas direcionadas ao turismo baiano, com a confecção do primeiro plano estadual de turismo, o Plano de Turismo do Recôncavo. Sob a responsabilidade das empresas de *Consultoria e Planejamento – CLAN S.A* e *Oficina Técnica de Empresas e Ingeniería S.A – OTI* e coordenação de Rômulo Almeida, o plano foi confeccionado após visita à Bahia da missão organizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que, em seu relatório, aponta o turismo como atividade econômica básica para a antiga região líder da economia baiana.

O Plano de Turismo do Recôncavo não foi implementado integralmente. O momento político-econômico adverso ao turismo, decorrente da confluência dos interesses estaduais e nacionais direcionados à implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari, cujo projeto também estava a cargo de Rômulo Almeida, terminou por inviabilizar o programa de ação definido. Ainda assim, como registra Queiroz (2007), exerceu grande influência nas sucessivas gestões turísticas que se seguiram à sua formulação. Há que se ressaltar, porém, que os esforços públicos em prol da expansão desta atividade centralizaram-se em Salvador, com ações pontuais nos demais municípios do Recôncavo, voltadas, sobretudo, à constituição de equipamentos de suporte, a exemplo da implantação pelo Governo do Estado de meios de hospedagem em Cachoeira.

Na primeira metade dos anos 1980, um novo programa estadual, o Caminhos da Bahia. E, mais uma vez, o Recôncavo foi contemplado com investimentos pontuais direcionados ao setor de hospedagem. Os anos 1990 inauguraram uma fase de expressivos investimentos públicos no turismo baiano, com o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur-NE). Na Bahia, os investimentos desse programa, concebido como de longo prazo, foram oriundos dos organismos financiadores oficiais – BID na qualidade de agente financiador e Banco do Nordeste (BNB), agente financeiro nacional – e de outras instituições, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e o Tesouro Estadual. Na primeira etapa do Prodetur, iniciada em 1995, mais da metade dos recursos aplicados (57%) foram concentrados na zona turística Costa do Descobrimento; a Baía de Todos os Santos (BTS), incluindo a Capital e os municípios turísticos do Recôncavo, recebeu cerca de 5,8% dos investimentos públicos, os quais foram canalizados, de forma acentuada, para a cidade de Salvador (Queiroz, 2007).

Na segunda fase do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE II-BA) a Bahia recebeu recursos da ordem de US\$96 milhões, sendo US\$39 milhões provenientes de financiamento do BID, por meio do BNB, e US\$ 56,5 milhões de contrapartida do Estado e da União, aplicados, principalmente, na melhoria das condições institucionais e de infraestrutura e na expansão e qualificação da atividade turística. Nesta etapa do programa, concluída em 2012, não houve um projeto direcionado especificamente para o Recôncavo. A região foi contemplada com a elaboração do Plano de Desenvolvimento

Integrado do Turismo Sustentável – PDITS – do polo Salvador e Entorno, que além da Capital engloba as zonas turísticas BTS e Costa dos Coqueiros, e com ações gerais direcionadas ao conjunto das zonas inseridas no polo, como as de capacitação profissional e empresarial (BNB, 2014).

Do ano 2002 até 2012, outro programa também financiado pelo BID, o Monumenta, desta vez, implementado em parceria entre o Ministério da Cultura (MinC) e a Unesco, possibilitou, dentre outras ações, a recuperação do patrimônio edificado de municípios do Recôncavo. Direcionado para Sítios Históricos Urbanos Nacionais (SHUN) e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais (CUMN) tombados pelo Iphan e situados dentro dos perímetros urbanos dos municípios, o Monumenta viabilizou a recuperação de edificações de conventos, igrejas, incluindo bens móveis e integrados, monumentos, casas com usos residenciais e institucionais, cine-teatro, ruas, avenidas e orlas fluviais, assim como a realização de cursos de qualificação de mão de obra para o turismo cultural nas cidades de Cachoeira – núcleo urbano dentre os brasileiros beneficiados que recebeu o maior montante de recursos investido pelo programa<sup>6</sup> – e São Félix, territórios interligados pela Ponte Dom Pedro II.

Em que pesem as iniciativas anteriormente relatadas, na Bahia, apenas em 2007 a gestão pública estadual divulgou oficialmente o segmento do turismo cultural como prioritário nas estratégias governamentais, que também passaram a contemplar a BTS como região turística a ser notoriamente beneficiada. Foi assinado um novo contrato de financiamento entre o BID e o Governo da Bahia, o Prodetur Nacional – Bahia, programa concebido pelo Ministério do Turismo que destaca o turismo cultural e o turismo náutico como segmentos prioritários, assim como as ações de fortalecimento institucional, qualificação de serviços básicos e gestão socioambiental nos destinos turísticos.

Com proposta técnica aprovada pela diretoria do BID em julho de 2013, o Prodetur Nacional – Bahia compreende um investimento de US\$ 84,7 milhões, sendo US\$ 50,8 milhões financiados pelo Banco Interamericano e US\$ 33,9 milhões correspondentes à contrapartida do governo da Bahia. Dentre as intervenções previstas nesse programa, Cachoeira, a princípio, seria contemplada com a instalação do Centro de Documentação e Memória da Cultura Negra do Recôncavo. Entretanto, este projeto foi excluído do rol de ações previstas, que hoje abarca, dentre outras, a recuperação da Marina da Penha (Salvador), instalação de uma base náutica em Salinas da Margarida e do terminal turístico de Ilha de Maré, atracadouros em Cachoeira e Candeias, requalificação e plano de gestão do museu Wanderley Pinho, situado neste último município, além de 19 roteiros na BTS, dentre os quais o Itaparica-Cachoeira. (Jornal Grande Bahia, 2018).

Em essência, até este momento, dentre os resultados dos planos e programas para o turismo baiano, poucas foram as ações efetivas direcionadas para os municípios e cidades turísticas do Recôncavo, como Cachoeira. Apesar da importância de propostas como o Plano de Turismo do Recôncavo, o Prodetur-NE ou mesmo o Programa Monumenta, a exclusão parcial desta região das estratégias governamentais estruturantes efetivadas até os dias atuais na atividade turística da Bahia, conduziu à restrita exploração do potencial turístico presente nos municípios e cidades que a compõem. Este fato, desencadeado em paralelo à estagnação

---

<sup>6</sup> Foram investidos aproximadamente R\$ 40 milhões pelo Programa Monumenta, em Cachoeira, São Félix e Lençóis, tendo sido restaurados cerca de 80 imóveis. (Monumenta, 2014).

econômica então vivenciada, levou a que as cidades turísticas do Recôncavo, inclusive Cachoeira, ficassem, por muito tempo, praticamente à margem do processo de atração de investimentos turísticos ocorrido na Bahia, direcionado, sobretudo, para as áreas litorâneas.

Não se pode negar, que, por um lado esta certa exclusão foi benéfica. Livrou os municípios considerados turísticos na região de um modelo de turismo impactante, em termos culturais e ambientais, centrado em grandes empreendimentos que tendem a estabelecer, muitas vezes, restritas relações com o local trazendo, assim, retornos econômicos e sociais pouco expressivos; modelo adotado na Bahia durante muitas décadas. Por outro, não viabilizou a definição de ações integradas e a implantação de projetos direcionados ao turismo desta área com ênfase especial no patrimônio histórico-cultural, elemento de ampla interseção entre as localidades do Recôncavo, o que poderia ter contribuído para o fortalecimento da atividade turística, e, quiçá, para o desenvolvimento regional.

Cachoeira, assim como outras localidades do Recôncavo, é, sem dúvida, um território rico em um capital fundamental ao desenvolvimento do turismo cultural. Estudo realizado pelo Estaleiro Enseada do Paraguaçu em parceria com o Iphan, considerando o patrimônio cultural, e, mais especificamente, as referências culturais, identificou e inventariou 215 referências, entre celebrações, formas de expressão, ofícios e saberes, lugares e edificações na cidade e zona rural do município. Essas referências culturais, frutos de práticas e relações estabelecidas entre os habitantes e o território ocupado, configuram sentidos de identidade e pertencimento aos diversos grupos sociais, sendo partes constitutivas das suas vidas. São casarios, igrejas, sobrados, conventos, edificações construídas, sobretudo, entre os séculos XVII e XVIII, mas, também, saberes e práticas muitas vezes adquiridos intergeracionalmente, na vida cotidiana, que alimentam a alma, refletem a religiosidade, como os candomblés, propiciam momentos de lazer, como o samba de roda, e, em alguns casos, a exemplo dos ofícios da confecção artesanal de cerâmica, de instrumentos musicais e do preparo de iguarias típicas, dentre outros, viabilizam a sobrevivência humana (Queiroz, 2013).

Refletindo a realidade do planejamento turístico e das políticas públicas direcionadas à cidade, o fluxo turístico de Cachoeira é extremamente sazonal, com maior frequência nas festas e eventos locais, como o São João, a Festa de Nossa Senhora da Boa Morte, em agosto, a Festa D'Ajuda, em novembro, o Recôncavo Jazz Festival e a Feira Literária Internacional de Cachoeira (FLICA). Ainda são inúmeros os problemas vivenciados pelo turismo local: não há um plano institucional de marketing, a divulgação da cidade está atrelada, exclusivamente, aos eventos, inexistente material impresso gratuito que ajude o visitante a entender e interpretar o local e a região; pontos turísticos centrais, como igrejas e museus, não abrem aos finais de semana e feriados; a oferta de equipamentos de lazer e entretenimento e de serviços de alimentação e hospedagem é precária; os circuitos turísticos não são bem estruturados; são expressivos os problemas de segurança pública e poluição sonora, dentre outros (DIAS, 2017). Em adição, as organizações do turismo local, sejam estas públicas ou privadas, encontram-se, em grande parte, desarticuladas ou com frágeis articulações na rede do turismo cultural, o que dificulta ainda mais o desempenho dessa atividade econômica.

## **2.2 Ouro Preto: turismo a reboque da industrialização**

Cidade situada em um território com uma topografia acidentada, nos contrafortes da Serra do Ouro Preto, ocupando encostas e alguns poucos espaços planos, a implantação de Ouro Preto decorreu do descobrimento do ouro no interior do Brasil, fato que trouxe uma nova

configuração territorial para a economia primária exportadora instalada no país. Distintamente do ciclo da cana-de-açúcar que se desenvolveu em áreas litorâneas, a mineração marcou a interiorização da América Portuguesa. O ciclo do ouro inaugurou também uma nova forma de povoamento e domínio territorial, já não mais centrada na doação de glebas, e, sim, em invasões, ocupações guiadas pela busca do enriquecimento e permeadas pelos mais diversos conflitos. (Werkema, 2018; Fonseca, 2003; Straforini, 2007).

Com a instituição da Capitania de São Paulo e Minas pela Metrópole portuguesa em 1709, iniciou-se o processo de criação das vilas. Vila Rica<sup>7</sup> (Ouro Preto) foi uma das primeiras a ser concebida, em 1711, juntamente com a Vila de Nossa Senhora do Carmo (atual Mariana) e a Vila Real do Sabará. (Straforini, 2007; Fonseca, 2003).

Diferentemente do observado no ciclo da cana-de-açúcar, no do ouro a função de centro econômico da província e do sistema colonial não foi exercida pelo território mineiro, mas, sim, pela cidade do Rio de Janeiro que, desde o ano de 1700 passou a ocupar a função de porto central para escoamento do minério. Em 1763 esta cidade assume a condição de capital do Brasil, opção justificada pela tentativa da Coroa Portuguesa de manter o controle sobre a produção escoada e garantir a arrecadação de tributos.

A atividade econômica central implantada em Vila Rica guarda semelhanças e diferenças com a economia da cana estabelecida no Recôncavo baiano. Além do porte do capital requerido, e da forma de apropriação das terras, essas economias diferenciam-se pelo número e perfil das empresas. Na área açucareira as unidades empresariais eram restritas numericamente e de grande porte. A mineração caracterizou-se pelo grande número de pequenas empresas. Enquanto a economia da cana-de-açúcar emerge em uma estrutura socioeconômica hermética, rígida, em que senhor de engenho era a figura central, havendo amplas dificuldades para o homem livre prosperar, na sociedade mineira, ainda que também imersa em uma estrutura colonial rígida, há uma convivência mais próxima entre o minerador e seus escravizados, resultando em uma miscigenação forçada (Werkema, 2018). Tanto na economia açucareira quanto na mineração, a forte presença da mão de obra escravizada foi um traço marcante, com o aporte de amplas contribuições à matriz cultural local.

A circulação de pessoas e dinheiro necessária na mineração aurífera propiciou o crescimento do comércio, da urbanização, do mercado consumidor, o surgimento de prestações de serviços e outras atividades econômicas, além da construção de edificações que são hoje referências da paisagem urbana de Ouro Preto. Toda essa movimentação, entretanto, dá-se simultaneamente ao intenso domínio exercido pela Coroa Portuguesa. Com taxações espoliativas do ouro e proibições quanto à implantação na Colônia de atividades industriais, o controle exercido pela Metrópole alimenta o conflito com a classe dominante local. O clima de insatisfação aguçado resulta no movimento conhecido como Inconfidência Mineira (1789), que deixa um grande legado para a cultura de Minas Gerais e ouropretana, em especial.

A fase áurea do ciclo do ouro tem curto tempo de duração e a exaustão do mineral, que começa a se pronunciar a partir de 1760, conduz a população a dispersar-se e migrar da zona de mineração ocupando novas fronteiras, principalmente no Sul e Noroeste do Estado de Minas Gerais. O início do desaquecimento econômico não é, entretanto, impeditivo ao protagonismo

---

<sup>7</sup> O ano de 1698 marca o povoamento de Vila Rica pela ação do bandeirante Antônio Dias que chega à Serra de Ouro Preto, avista o Pico do Itacolomi, e ao encontrar ouro atrai os mais diversos aventureiros (Werkema, 2018)

de Vila Rica nos processos de Independência e República e na constituição de um aparato de educação superior<sup>8</sup> fora do âmbito de uma capital federal. Além das duas visitas de Dom Pedro I em busca de apoio político, nos anos de 1881 e 1889 Ouro Preto recebe Dom Pedro II, mas a cidade que já enfrentava a exaustão do ouro, ingressa em uma fase de intensa decadência econômica, após a mudança da capital para Belo Horizonte em 1897 (Werkema, 2018).

A construção de Belo Horizonte trouxe amplas repercussões para Ouro Preto. A economia local, que já se encontrava em declínio, desaqueceu completamente. Parte expressiva da população migrou levando a que a cidade perdesse cerca de 40% dos seus habitantes em dez anos, dentre os quais funcionários públicos, profissionais liberais e outros. Casarios foram abandonados por famílias que deixaram a cidade e já não possuíam condições e interesse em preservá-los. Em ruínas ou em mal estado de conservação, alguns imóveis foram invadidos, outros negociados a baixos preços. Mas a mudança da capital não propiciou apenas aspectos negativos. O patrimônio edificado e artístico de Ouro Preto pode ser preservado dos possíveis impactos do crescimento econômico, mantendo a sua arquitetura clássica, assim como as artes da escultura e pintura, onde predominam os estilos barroco (o denominado barroco mineiro) e rococó.

Embora considerada inadequada para uma capital moderna, Ouro Preto, por conseguir manter elementos fundamentais da cultura de Minas Gerais e do Brasil, como as celebrações tradicionais de origem católica, a materialização do simbolismo de personalidades tidas como heroicas na historiografia nacional, como os inconfidentes, o culto a figuras de ampla expressão artística, como Aleijadinho e Mestre Ataíde, além, do seu casario colonial, passa a chamar a atenção daqueles que valorizam arte e cultura brasileira, como os modernistas. Em viagem para Minas, em 1924, personalidades engajadas na Semana de Arte Moderna, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, entre outros, visitam as cidades mineiras, participam de atividades religiosas e profanas e lamentam o estado de conservação de Ouro Preto, iniciando um movimento em defesa da sua preservação. Na década seguinte a cidade é elevada à categoria de Monumento Nacional (1933), o Sphan inicia programa emergencial de conservação de edificações degradadas (1937) e procede-se ao tombamento da sua área urbana (1938).

A economia de Ouro Preto começa a reerguer-se em meados do século XX, a partir da atração de grandes empresas de exploração de minério de ferro, em sua maioria procedente do exterior, e da instalação, em 1952, de uma fábrica de alumínio na região sul da cidade, na Serra do Itacolomi. A exploração das jazidas de bauxita existentes na região, desde 1934, pela Alumínio do Brasil (Alcan), empresa de origem canadense, não apenas redinamiza a economia, mas promove uma reestruturação do espaço urbano. Para abrigar funcionários e dirigentes é constituído um novo e amplo bairro, a Bauxita, no qual será implantado, em 1969, o campus da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), ao tempo em que a atração gerada pela expectativa de novos postos de trabalho no setor industrial e atividades correlatas amplia a ocupação desordenada das áreas periféricas ao Centro Histórico.

A Alcan, durante 40 anos responde por grande parte dos postos de trabalho existentes em Ouro Preto, chegando a ter 3 mil empregados diretos e indiretos, e por parte expressiva da receita gerada para os cofres municipais. A partir de 2008 perde condições de competitividade

---

<sup>8</sup> Em 1839 é criada em Ouro Preto a Escola de Farmácia e em 1876 a Escola de Minas.

e é vendida para a multinacional Novelis. Por sua vez, essa indústria praticamente encerra as suas atividades em 2014, produzindo hoje apenas tarugo primário de alumínio (Werkema, 2018).

Ao desaquecimento da produção de alumínio somou-se os impactos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, deprimindo ainda mais a economia ouropretana. Estima-se que em Ouro Preto, onde a Samarco, empresa responsável pela barragem, também operava, a perda de arrecadação mensal referente à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago pelas mineradoras, seja equivalente a R\$ 2 milhões, cerca de 17% dos tributos referentes à mineração recebidos por mês (Tinoco, 2016). Conforme o Secretário de Turismo, Indústria e Comércio de Ouro Preto (STIC), Felipe Guerra, entrevistado para esse trabalho, com a crise da mineração, a receita do município, situada entre R\$ 27 e R\$ 30 milhões em 2014, ficou abaixo dos R\$ 20 milhões em 2017. Essa situação crítica levou a que em outubro de 2018 o prefeito, Júlio Pimenta, anunciasse a necessidade de realização de cortes na estrutura administrativa de forma a manter a máquina pública em funcionamento, totalizando uma economia mensal em torno de R\$ 1 milhão. Com o agravar da situação, em novembro de 2018 a prefeitura declarou estado de calamidade financeira do município. (O Liberal, 2018).

O município de Ouro Preto, situa-se na Microrregião Central de Planejamento de Minas Gerais, distando cerca de 97 Km da Capital do Estado, com uma população de 74.659 pessoas em 2017. Sua sede, concentrando aproximadamente 87% dos habitantes, foi a primeira cidade brasileira inscrita na Lista do Patrimônio Mundial pela Unesco, fato ocorrido em 1980. Em que pese a importância dessa titularidade, o turismo cultural não é a sua principal atividade econômica, posição ainda ocupada pelo setor industrial. Contando com algumas gestões municipais mais sensíveis do que outras à potencialidade local para o turismo, Ouro Preto beneficiou-se de políticas e investimentos direcionados à atividade turística ou ao patrimônio histórico. Dentre essas cabe relacionar as propostas do Circuito do Ouro, iniciativa do Ministério de Turismo e da Secretaria Estadual de Turismo, e da Estrada Real, programa gerido pelo Instituto Estrada Real, que objetivaram estruturar e divulgar roteiros turísticos e potencializar a formação de parcerias e a co-gestão dessa atividade econômica (Álvares, Lourenço, 2011). O Programa Monumenta, que investiu R\$ 10,7 milhões no patrimônio desta urbe, sendo 30% desses recursos contrapartida da municipalidade. E a sua inclusão pelo Governo Federal dentre os 65 destinos brasileiros indutores do desenvolvimento do turismo regional, sendo contemplado, dentre outras ações, com estudos de competitividade turística (Brasil, 2007).

Essas experiências, entretanto, não foram suficientes para promover uma alteração substancial no turismo local. A atividade turística de Ouro Preto defronta-se ainda com um conjunto de dificuldades, apesar da presente busca de correção pela municipalidade de alguns aspectos considerados negativos à competitividade nas avaliações do programa federal, cuja última versão é de 2015, e de alterações que estão sendo promovidas por atores e organizações culturais e turísticas. No âmbito da municipalidade, finalmente foi realizado o Plano Municipal de Turismo, concebido pela atual gestão para o período 2017-2027<sup>9</sup>; hoje se tornou realidade a existência do fundo municipal de cultura, assim como a sinalização turística da área central da

---

<sup>9</sup> O primeiro plano de turismo de Ouro Preto (1994-1996) foi confeccionado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

cidade. No plano privado, o espaço urbano tem sido palco para uma intensa atração de empreendimentos dos mais diversos perfis, direcionados aos mais distintos segmentos de renda; grupos locais estão promovendo iniciativas de resgate e fortalecimento do patrimônio imaterial, e, dentre eles, o de matriz africana, como os Congados e os trabalhos de roteirização e releitura da história dos escravizados na zona da mineração, desenvolvido em antigas minas dentro do perímetro urbano, além da exploração dos recursos naturais e culturais dos distritos, como Lavras Novas, Amarantina, São Bartolomeu e outros, permitindo a diversificação da oferta local, cujo marketing ainda encontra-se centrado, sobremaneira, no patrimônio edificado. Ouro Preto é também cenário para realização de eventos culturais e esportivos, com destaque para o ciclismo, por empresas promotoras que, não em raras oportunidades, têm os seus projetos aprovados por leis estaduais ou federais de incentivo à cultura ou aos esportes.

Talvez o fato da indústria responder em 2017 por 86,4% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) municipal e por 58,1% do valor adicionado (contribuição do setor ao PIB) do município no ano de 2015, embora com retração de 42% no comparativo anual (ACEOP, 2018), explique porque o plano municipal de turismo foi realizado tão tardiamente. Em Ouro Preto, as atenções dos gestores públicos municipais estiveram mais voltadas, historicamente, ao setor industrial. Reinava a compreensão de que dado o expressivo patrimônio histórico-cultural existente não havia necessidade de esforços adicionais para a venda do destino. Como resgatam alguns entrevistados, essa tese funcionou em dados períodos, entre as décadas de 1970 a 1990, quando a cidade era visitada por muitos artistas e intelectuais. Hoje, porém, existem novos concorrentes, nacionais e internacionais, inclusive em regiões próximas. E Ouro Preto não dispõe, sequer, de um calendário de eventos que possibilite uma organização e programação das operadoras, agências, meios de hospedagem e visitantes. Com a crise econômica, parte da população atualmente desocupada passou a assediá-los excessivamente os turistas, com o argumento da venda de roteiros turísticos. Grupos culturais locais carecem de maior apoio da municipalidade para a permanência, manutenção e difusão da sua arte. Corre-se o risco de desaparecimento de grupos tradicionais, como ocorreu com o Viola de Folia, em funcionamento entre 1998 e 2010. Edificada em um terreno extremamente íngreme, Ouro Preto requer um plano de acessibilidade; parte significativa da demanda do turismo cultural é composta por adultos maduros e idosos, mas estes enfrentam graves problemas de locomoção na cidade e de acesso aos atrativos. A cidade carece, em adição, de um trabalho de promoção institucional que divulgue seus atrativos, tradicionais e os ainda não consolidados, possíveis roteiros, eventos, enfim o seu vasto patrimônio para o turismo cultural.

Em síntese, a cidade histórica, que atravessou ciclos de auge e declínio nos seus aproximados 300 anos de existência, desde a sua constituição como vila, passa hoje por uma situação crítica, fruto da crise nacional, da retração do seu setor industrial e dos problemas vivenciados pelo turismo, com reflexos para a socioeconomia local. Há que se ressaltar, entretanto, que as crises nem sempre trazem rebatimentos exclusivamente negativos, e, nesse caso, quiçá o desaquecimento do setor industrial contribua para que o turismo de Ouro Preto possa vir a alcançar um maior destaque no conjunto das ações municipais. Assim como em Cachoeira, as organizações locais voltadas ao turismo cultural, em grande parte, apresentam-se fragmentadas, com frágeis conexões. A análise dessa rede, junto à de Cachoeira, poderá ser de grande contribuição para que a economia do turismo alcance uma maior expressividade nesses dois centros urbanos.

### 3. PESQUISA DIRETA E REDES DO TURISMO CULTURAL DE CACHOEIRA E OURO PRETO

Para este trabalho foram entrevistadas, em Cachoeira e Ouro Preto, respectivamente, 83 e 111 organizações/atores do turismo cultural. As entrevistas, sempre iniciadas com o gestor da Secretaria de Turismo, utilizando-se de um questionário padrão, e, a partir daí, com os gestores das organizações sucessivamente indicadas, foram realizadas entre abril e julho de 2018 na primeira cidade e entre agosto e novembro do mesmo ano na segunda.

#### 3.1 Resultados da pesquisa direta

Conforme as informações levantadas, os entrevistados apresentam, de forma geral, um elevado nível de escolaridade, com curso superior completo (43,4% em Cachoeira) ou incompleto (71,8% em Ouro Preto). Quanto à cor/etnia, os negros predominam em Cachoeira (60,2%) e pardos, negros e brancos em Ouro Preto (32,1% cada, nos dois primeiros grupos e 29,4% no terceiro). Nas duas cidades, as organizações pesquisadas são, em maior parte, comandadas por homens (69,5% em Cachoeira e 56,8% em Ouro Preto), residentes na própria cidade (mais 90% nos dois casos) - Tabela 1.

**Tabela 1:** Escolaridade, Etnia, Sexo e Local de Residência

	<b>Cachoeira (N=83)</b>	<b>Ouro Preto (N=111)</b>
	<b>n=83</b>	<b>n=110</b>
<b>Escolaridade</b>		
Fundamental Incompleto	7,23% (6 de 83)	1,82% (2 de 110)
Fundamental Completo	2,41% (2 de 83)	1,82% (2 de 110)
Ensino médio	40,96% (34 de 83)	23,63% (26 de 110)
Superior Incompleto	3,61% (3 de 83)	71,82% (79 de 110)
Superior Completo	43,37% (36 de 83)	0,9%(1 de 110)
Outros	2,41% (2 de 83)	-
<b>Cor e etnia</b>	<b>n=83</b>	<b>n=109</b>
Amarelo	-	2,75% (3 de 109)
Branco	7,23% (6 de 83)	29,36% (32 de 109)
Indígena	-	1,83% (2 de 109)
Pardo	27,71% (23 de 83)	32,11% (35 de 109)
Negro	60,24% (50 de 83)	32,11% (35 de 109)
Outros	4,82% (4 de 83)	1,83% (2 de 109)
<b>Faixa etária</b>	<b>24- 81 anos</b>	<b>19 - 82 anos</b>
<b>Gênero (% de homens)</b>	69,51% (57 de 82)	56,76% (63 de 111)
<b>Gênero (% de mulheres)</b>	30,49% (25 de 82)	43,34% (48 de 111)
<b>Cidade em que reside</b>	<b>n=83</b>	<b>n=111</b>
Cachoeira	91,23% (75 de 83)	-

Muritiba	2,41% (2 de 83)	-
Salvador	4,82% (4 de 83)	-
São Félix	2,41% (2 de 83)	-
Ouro Preto	-	99,09% (110 de 111)
Belo Horizonte	-	0,9% (1 de 111)

Fonte: pesquisa direta, 2018.

A principal dificuldade vivenciada pelas organizações pesquisadas é, destacadamente, a captação de recursos (para 69,9% em Cachoeira e 79,3% em Ouro Preto), seguida pelo acesso à recursos públicos (para 51,8% em Cachoeira e 64,9% em Ouro Preto). Em síntese, embora as organizações defrontem-se com outros entraves ao seu funcionamento, como acesso à mão de obra qualificada, conhecimento para realização de projetos ou desenvolvimento de parcerias, o acesso a recursos, sejam públicos ou procedentes de outras fontes, é o maior problema enfrentado (Tabela 2).

**Tabela 2:** Principais Dificuldades Enfrentadas

<i>Quais as principais dificuldades enfrentadas pela organização? (% de sim)</i>		
Captação de recursos	69,88% (58 de 83)	79,28% (88 de 111)
Comercialização dos produtos/serviços	39,76% (33 de 83)	34,23% (38 de 110)
Acesso à mão de obra qualificada	38,55% (32 de 83)	40,54% (45 de 110)
Conhecimento para realização de projetos	33,73% (28 de 83)	31,53% (35 de 110)
Desenvolvimento de parcerias	46,99% (39 de 83)	42,34% (47 de 110)
Acesso a recursos públicos	51,80% (43 de 83)	64,86% (72 de 110)
Relação com fornecedores	20,48% (17 de 83)	10,81% (12 de 110)
Dificuldade de captação de novos associados	18,07% (15 de 83)	8,10% (9 de 110)
Outras	25,30% (21 de 83)	18,01% (20 de 110)

Fonte: pesquisa direta, 2018.

Quando indagados sobre a importância da gestão pública para o desenvolvimento de cidades e regiões turísticas e culturais, os entrevistados, em sua maioria (78,31% em Cachoeira e 91,51% em Ouro Preto) atribuíram a este item a pontuação máxima (5). Embora os percentuais de relevância estejam relativamente próximos para as três esferas do poder executivo (municipal, estadual e federal), em Cachoeira os entrevistados apontaram como mais importante nesse item a ação do poder público estadual (69,88%) e em Ouro Preto, do municipal (88,68%) - Tabela 3. Provavelmente, essa percepção justifique-se dada à tradição, de longas datas, de uma mais intensa atuação do governo do estado no turismo baiano, quando comparado às municipalidades.

Na avaliação da ação dos poderes públicos nos últimos 10 anos no turismo cultural da cidade, em uma escala de 1 (mínimo) a 5 (máximo), a maior nota dada pelos respondentes ao poder público municipal foi a 3 (27,71% em Cachoeira e 35,45% em Ouro Preto) e a maioria optou por notas de 0 a 3 (73,49% em Cachoeira e 88,68% em Ouro Preto). Na cidade baiana a nota 3 foi a preponderante na avaliação dos poderes públicos estadual e federal (36,59% e 24,39%, respectivamente). Já na mineira, 31,48% atribuíram a nota 2 ao poder público estadual e 25% a nota 3 ao federal. Quando esta análise se restringe aos últimos cinco anos, em Cachoeira a nota 3 foi a mais empregada individualmente e a maioria avaliou cada um dos três poderes

com notas entre 0 e 3. Em Ouro Preto a nota que aglutina um maior número de indicações é a 2 e a maior parte dos que responderam a esta questão utilizou notas entre 0 e 2.

Na opinião do grupo pesquisado a existência de cooperação dos poderes públicos com as organizações do turismo cultural objetivando o desempenho da atividade é ainda muito restrita nas duas cidades. Em Cachoeira a situação é avaliada mais negativamente; a maioria indica notas de zero a dois para a cooperação com os poderes públicos, sendo a nota 2 a preponderante em termos individuais quando a análise recai sobre os poderes públicos municipal e estadual (24,05% e 22,08%, respectivamente) e a nota zero (21,79%) sobre o federal. Em Ouro Preto a existência de cooperação com o poder público municipal foi avaliada com 3 por 34,26%; na avaliação do estadual houve coincidência entre as notas 2 e 3, apontadas, cada uma, por 24,07% e o federal com 2 por 25,93%.

Não se buscou aqui analisar a atuação de um gestor em especial, mas da gestão pública ao longo de um período. Daí a opção pela investigação de um tempo cronológico (10 e 5 anos) distinto da duração de uma gestão. Há que se observar que tanto em Ouro Preto quanto em Cachoeira aparece certo descontentamento para com as gestões públicas. Na primeira cidade esse descontentamento é mais notório quando a análise recai sobre o curto prazo (cinco anos), já em Cachoeira, quando se refere à cooperação dos poderes públicos com as organizações de turismo cultural.

**Tabela 3:** Importância e Avaliação do Poder Público

	Cachoeira (N=83)	Ouro Preto (N=111)
<b>Como avalia a importância da gestão pública no desenvolvimento de cidades/regiões turísticas e culturais? (% de maioria na escala 1 - 5)</b>	<i>maioria 5; 78,31% (65 de 83)</i>	<i>maioria 5; 91,51% (97 de 106)</i>
<b>Como avalia a importância dos poderes públicos municipal (PPM), estadual (PPE) e federal (PPF) para o desempenho do turismo cultural desta cidade?(% de maioria na escala 1 - 5)</b>		
PPM	<i>maioria 5; 67,47% (56 de 83)</i>	<i>maioria 5; 88,68% (94 de 106)</i>
PPE	<i>maioria 5; 69,88% (58 de 83)</i>	<i>maioria 5; 71,70% (76 de 106)</i>
PPF	<i>maioria 5; 68,67% (57 de 83)</i>	<i>maioria 5; 71,70% (76 de 106)</i>
<b>Como avalia a atuação dos poderes públicos municipal (PPM), estadual (PPE) e federal (PPF) no turismo cultural desta cidade nos últimos 10 anos? (% de maioria na escala 1 - 5)</b>		
PPM	<i>maior nota individual 3; 27,71% (23 de 83)</i>	

	<i>maioria 0-3; 73,49%</i>	<i>maior nota individual 3; 35,45% (39 de 110)</i>
	<i>maior nota individual 3; 36,59% (30 de 82)</i>	<i>maioria 0-3; 70,91%</i>
PPE	<i>maioria 0 a 3; 62,20%</i>	<i>maior nota individual 2; 31,48% (34 de 108)</i>
	<i>maior nota individual 3; 24,39% (20 de 82)</i>	<i>maioria 0-3; 78,71%</i>
PPF	<i>maioria 0-3; 63,42%</i>	<i>maior nota individual 3; 25,00% (27 de 108)</i>
		<i>maioria 0-3; 71,16%</i>

**E como avalia a atuação dos poderes públicos municipal (PPM), estadual (PPE) e federal (PPF) no turismo cultural desta cidade nos últimos 05 anos?**

	<i>maior nota individual 3; 26,83% (22 de 82)</i>	<i>maior nota individual 2; 37,61% (41 de 109)</i>
PPM	<i>maioria 0-3; 75,91%</i>	<i>maioria 0-2; 53,12%</i>
	<i>maior nota individual 3; 29,27% (24 de 82)</i>	<i>maior nota individual 2; 33,03% (36 de 109)</i>
PPE	<i>maioria 0-3; 67,07%</i>	<i>maioria 0-2; 55,05%</i>
	<i>maior nota individual 3; 25,61% (21 de 82)</i>	<i>maior nota individual 2; 34,86% (38 de 109)</i>
PPF	<i>maioria 0-3; 69,9%</i>	<i>maioria 0-2; 58,72%</i>

**Na sua opinião, existe cooperação entre os poderes públicos municipal (PPM), estadual (PPE) e federal (PPF) e as organizações do turismo cultural (OTC) visando o desempenho da atividade?**

	<i>maior nota individual 2; 24,05% (19 de 79)</i>	<i>maior nota individual 3; 34,26% (37 de 108)</i>
PPM	<i>maioria 0-2; 51,90%</i>	<i>maioria 0-3; 75,00%</i>
	<i>maior nota individual 2; 22,08% (17 de 77)</i>	<i>maior nota individual 2 / 3; 24,07% (26 de 108)</i>
PPE	<i>maioria 0-3; 66,23%</i>	<i>maioria 0-2; 52,78%</i>
	<i>maior nota individual 0; 21,79% (17 de 78)</i>	<i>maior nota individual 2; 25,93% (28 de 108)</i>
PPF	<i>maioria 0-2; 57,69%</i>	<i>maioria 0-2; 56,48%</i>

Fonte: pesquisa direta, 2018.

### 3.2 Centralidades de grau na rede de parcerias do turismo cultural de Cachoeira e Ouro Preto

A Análise de Redes Sociais (ARS) tem-se expandido acentuadamente na contemporaneidade, dentre outros fatores, dada a sua capacidade de conceber um mapa de interações entre atores e organizações, possibilitando uma mais ampla compreensão das relações travadas, dos fluxos de comunicação e de intercâmbio de informações entre os atores

e permitindo definições de estratégias de ação com vistas ao alcance de melhores resultados futuros. A interpretação dos grafos e indicadores via ARS viabiliza, assim, intervenções na rede, melhor gerenciamento de conhecimento, informação e aprendizagem organizacional. (Gobbo, 2016).

Os grafos ou redes complexas, estudados, inicialmente, para resolução de problemas práticos, além de continuarem servindo como modelagem para questões de ordem prática, como a definição de trajetos urbanos com menor dispêndio de recursos, atualmente são utilizados de forma ampla na representação de sistemas naturais e sociais, bem como na análise das propriedades individuais e coletivas que emergem das interações entre elementos desses sistemas (Cunha, 2013). Como afirma Barabási (1999), por trás de cada sistema complexo há uma intrincada rede que codifica as interações entre os componentes do sistema. Uma rede se constitui, assim, em uma abstração desses componentes (chamados vértices) e suas relações travadas entre si (denominadas arestas). No caso específico das redes sociais, objeto desse estudo, são redes formadas por pessoas ou por organizações (aqui também denominadas atores), que podem estar atreladas a diversos tipos de relações, como parentesco, laços profissionais, localização geográfica, parcerias com os mais distintos propósitos, dentre outros.

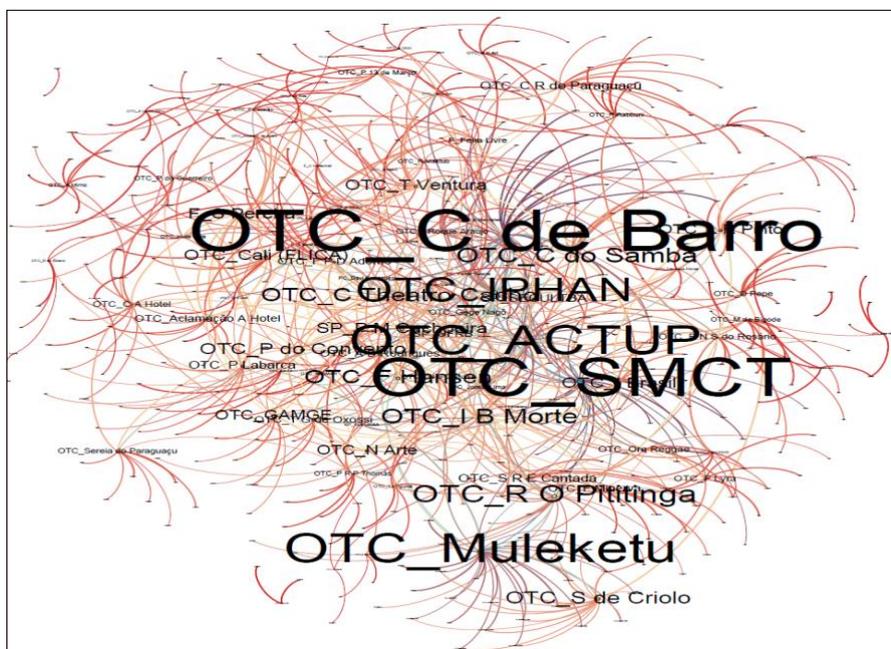
A compreensão da centralidade, que constitui um dos primeiros usos da Teoria dos Grafos, possibilita a interpretação da rede social através da análise do comportamento dos atores que a compõem. Esse comportamento pode ser percebido através das métricas de centralidade de grau, de proximidade ou de intermediação que permitem descrever a localização de indivíduos em termos de quão perto estão do centro da ação na rede. Estudando centralidade e poder, Hanneman (2001) destaca que a perspectiva das redes tem contribuído para a análise de uma das propriedades fundamentais das estruturas sociais: o fenômeno do poder. Nesse contexto, a maneira como um ator está inserido em uma rede relacional, ou seja, a sua posição estrutural na rede, poderá lhe impor restrições ou, ao contrário, gerar oportunidades não alcançadas pelos demais.

No caso específico, as redes de Cachoeira e Ouro Preto são consideradas como não-dirigidas, ou seja, aquelas que envolvem reciprocidade nas relações de parceria, aspecto aqui investigado nas redes sociais das duas cidades mencionadas. Em redes não-dirigidas a conexão entre os vértices não tem uma direção. Se o ator (i) estabelece relação de parceria com o (j), o ator (j) também terá o (i) como parceiro. A métrica da centralidade de grau será aqui utilizada como mecanismo de ARS, identificando os atores que se destacam pela preeminência das relações estabelecidas local ou globalmente, aqueles que estão usualmente localizados em posição estratégica na rede, bem como os que possivelmente detêm o maior poder.

A definição mais simples de centralidade do ator corresponde à ideia de que os atores centrais devem ser os mais ativos, os que detêm um número maior de ligações com outros atores da rede. O grau de um dado vértice ou nó na rede, aqui também denominado ator (label), corresponde ao número de arestas (edges), ou ligações adjacentes ao nó. Um ator com um alto nível de centralidade, medido pelo seu grau, é aquele que se encontra envolvido em muitos laços, o que "concentra a ação na rede" (Wasserman, Faust, 1994), o que tem mais oportunidades e alternativas que os demais atores, porque têm mais opções, e, em decorrência, maior autonomia, o que o faz menos dependente frente a outros atores específicos, e, portanto, mais poderoso (Hanneman, 2001).

O estudo realizado em Cachoeira, Bahia, possibilitou a construção de uma rede não-dirigida, com 452 atores (nós) e 727 arestas e quatro componentes conectados (Figura 1), ou seja, a rede possui três grupos (componentes) desarticulados do conjunto central, também denominado componente gigante. Esses três grupos, compostos por três atores cada, não travam, nas atividades investigadas na pesquisa direta, qualquer conexão ou parceria com os atores do grupo central. Dada a pequena relevância desse grupo, será aqui analisado exclusivamente o componente gigante (conjunto de vértices conectado), que representa 98,5% do total das organizações, procedimento recomendado quando o conjunto de vértices conectado corresponde a 70% ou percentual mais elevado do total de nós da rede (Newman, 2001, *apud* Campos, *et al*, 2017:119-120).

**Figura 1:** Rede de Parceiros das Organizações do Turismo Cultural de Cachoeira/Bahia



Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Nessa rede, com grau médio equivalente a 3,25, significando que, em média os atores estão conectados com aproximadamente três outros atores, os maiores índices de centralidade de grau no grupo dos Top 20 (os 20 vértices mais expressivos no indicador – Tabela 4) são apresentados pela Casa de Barro, organização não-governamental que mantém vínculo com cerca de 8,5% dos demais nós, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (8,1%), o grupo cultural Muleketu (7,0%) a ACTUP (7,0%) e o Iphan (6,3%).

**Tabela 4:** Centralidade de Grau na Rede de Atores do Turismo-cultural de Cachoeira Os 20 vértices mais expressivos no indicador

Vértice	Grau (Degree)	Grau Normalizado
---------	---------------	------------------

Casa de Barro	38	8,54
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	36	8,09
Muleketu	31	6,97
Assoc. do Cond. de Tur. do Parag. (ACTUP)	31	6,97
Iphan	28	6,29
Rádio Olha a Pititinga	23	5,17
Casa do Samba	21	4,72
Irmandade da Boa Morte	21	4,72
Fundação Hansen	20	4,49
Cine Theatro Cachoeira	20	4,49
Samba de Criolo	19	4,27
Pousada do Convento	18	4,04
Feira Literária Intern. de Cachoeira (FLICA)	17	3,82
Identidade Brasil	17	3,82
Terreiro Ventura	17	3,82
Supermercado Pereira	17	3,82
Prefeitura Municipal de Cachoeira	17	3,82
Licor Roque Pinto	16	3,60
Grupo GAMGE	16	3,60
Núcleo Arte	16	3,60

Fonte: Pesquisa direta, 2018

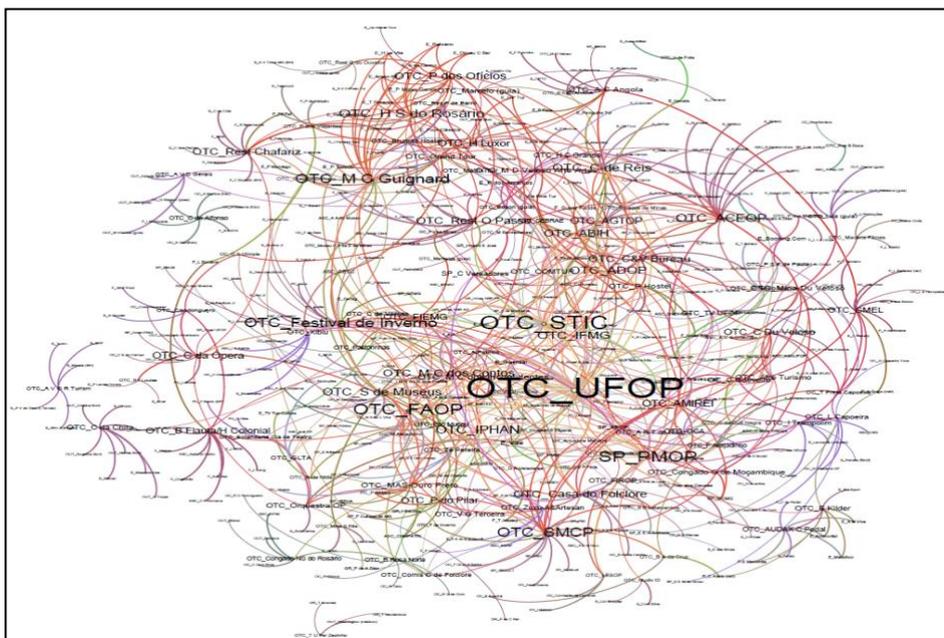
A centralidade de grau é uma métrica que possibilita identificar o número de contatos diretos que um ator mantém em uma rede, medindo o nível de comunicação de um ator. É também considerada uma centralidade local indicando quão bem conectado o vértice está dentro do seu ambiente local. É calculada em termos no número de vértices a que um vértice particular é adjacente, ignorando as conexões indiretas que ele possa apresentar. No caso específico da rede de parceria entre os atores do turismo cultural de Cachoeira, as organizações citadas são aquelas que apresentam um maior número de parceiros, as que travam um maior número de conexões na rede, sendo mais poderosas por serem mais populares. Assim, no conjunto dos atores do turismo cultural desta cidade, as organizações Casa de Barro, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Muleketu, ACTUP e Iphan podem ser consideradas como detentoras de posições vantajosas, tendo maior acesso a recursos da rede, atuando como intermediários entre outros nós, e portanto, apresentando menor dependência em relação aos demais vértices.

Em Ouro Preto a pesquisa direta permitiu construir uma rede não-dirigida, com 453 atores (nós) e 742 arestas (Figura 2) e cinco componentes conectados, ou seja, a rede possui quatro grupos (componentes) desarticulados do conjunto central. Distintamente de Cachoeira, os grupos dispersos em Ouro Preto possuem um número desigual de componentes (variando entre 2 e 6). Também nesse caso será analisado exclusivamente o componente gigante, que representa 95,6% do total de nós da rede.

O grau médio identificado na rede de Ouro Preto, de forma muito próxima à Cachoeira, é de 3,35; ou seja, também nesse caso tem-se que em média os atores estão conectados com aproximadamente outros três. Considerando a relação dos Top 20, os maiores índices de

centralidade de grau foram observados na UFOP, conectada a 13,4% dos nós, STIC, 8,3%, PMOP e FAOP, 6,2% cada (Tabela 5). Optou-se por trabalhar a UFOP separadamente do Festival de Inverno, por esta coordenado, respeitando a indicação dos atores locais, uma vez que a gestão do evento envolve componentes de diversas organizações, dentre as quais a universidade. Entretanto, caso se adicione as conexões, a UFOP passa a responder individualmente por cerca de 18% dos vínculos da rede. Como visto, enquanto a universidade federal não aparece nos Top 20 em Cachoeira, em Ouro Preto é, destacadamente, o nó de maior relevo na centralidade de grau. Possivelmente, em função do mais curto tempo de funcionamento da UFRB (cerca de 12 anos), frente a UFOP e também dada à oferta de curso de graduação em turismo nessa última organização, bem como aos equipamentos culturais que coordena, como o Museu de Ciência e Tecnologia, o Museu de Farmácia e o Centro de Convenções.

**Figura 2:** Rede de Parcerias das Organizações do Turismo Cultural de Ouro Preto/Minas Gerais



Fonte: Pesquisa direta, 2018

Outra distinção expressiva entre as redes das duas cidades nesta métrica refere-se ao fato dos Top 5 serem representados, exclusivamente, por organismos públicos em Ouro Preto, dentre os quais unidades de fomento ao turismo e à cultura. Uma possível explicação refere-se ao papel já desempenhado por Ouro Preto na economia estadual e à sua condição de patrimônio mundial, que leva a cidade a contar com um aparato institucional mais bem aparelhado, dotado de maior poder na rede e de mais elevada capacidade de estabelecer conexões com as organizações locais que conformam a atividade do turismo cultural.

**Tabela 5:** Centralidade de Grau na Rede de Atores do Turismo-cultural de Ouro Preto  
Os 20 vértices mais expressivos no indicador

Vértice	Grau (Degree)	Grau Normalizado
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	58	13,39
Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio (STIC)	36	8,31
Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP)	27	6,24
Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP)	27	6,24
Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio	22	5,08
Festival de Inverno	22	5,08
Museu Casa Guignard	22	5,08
Hotel Solar do Rosário	19	4,39
Associação Comercial de Ouro Preto	18	4,16
Inst. do Patrimônio Hist. e Artíst. Nacional (Iphan)	18	4,16
Agência de Des. Eco. e Social de Ouro Preto (ADOP)	17	3,93
Instituto Federal de Minas Gerais	17	3,93
Sistema de Museus	17	3,93
Restaurante Conto de Réis	17	3,93
Museu Casa dos Contos	16	3,70
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis	15	3,46
Casa do Folclore	15	3,46
Restaurante O Passo	15	3,46
Pousada dos Ofícios	15	3,46
Convention and Visitor Bureau (C&V Bureau)	14	3,23

Fonte: Pesquisa direta, 2018

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento local é um fenômeno mais bem delineado nas concepções teóricas, ainda que claramente não uniformes, mas detentoras de propósitos similares, do que nas práticas observadas nos distintos territórios. Se os seus objetivos mais óbvios forem compreendidos enquanto a promoção da melhoria da qualidade de vida das pessoas, o aumento dos seus níveis de autoconfiança e organização irá pressupor mudança e reconstrução social, valorização dos recursos do território, fortalecimento das suas instituições e organizações, das redes de parcerias travadas pelos atores locais, dentre outras ações. Em suma, tende a ser um processo individualizado, que considera as características físicas, político-administrativas, socioeconômicas e culturais de cada território.

Diante de um fenômeno tão complexo, há que se indagar: poderá o turismo contribuir com o desenvolvimento?

Essa é uma discussão antiga, iniciada no meio acadêmico há longas décadas, com amplas contribuições das diversas correntes das ciências sociais<sup>10</sup>. Uma alternativa possível ao tratamento dessa questão é, primeiramente, evidenciar a percepção do turismo enquanto uma atividade econômica dentro do modo de produção capitalista.

<sup>10</sup> Ver Faria, 2017.

Dado o caráter multifacetário e multissetorial do turismo, atividade que impacta o território e é por este impactado, estabelecendo estreitas relações com cultura, ambiente, e recursos locais, não necessariamente consideradas positivas pelos atores territoriais, defende-se que seu caminhar em direção a contribuições mais efetivas ao desenvolvimento não poderá prescindir de um maior protagonismo dos atores, organizações e instituições locais na definição dos modelos e mecanismos que pretendem adotar no processo de desenvolvimento do turismo.

O presente trabalho, analisando o turismo urbano cultural em duas cidades históricas, Cachoeira, na Bahia, e Ouro Preto, em Minas Gerais, permitiu identificar que apesar das diferenças e particularidades destas cidade, o turismo ainda defronta-se em cada uma delas com uma série de entraves que dificultam a sua expansão e possível contribuição ao desenvolvimento. São questões atreladas a socioeconomia local e também a forma de gestão dessa atividade que, nos dois casos, não é vista como prioritária.

Como um aporte a mais para que essas cidades possam pensar o seu turismo, o recente estudo procurou ouvir organizações indicadas que compõem a rede do turismo cultural em Cachoeira e em Ouro Preto e através de pesquisa direta identificou o acesso a recursos, sobretudo públicos, como o principal desafio das unidades entrevistadas nesses dois espaços urbanos. Detectou a percepção da gestão pública como de extrema importância para o turismo cultural, mas também a existência de avaliações pouco favoráveis à ação dessas gestões, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, no que se refere à atuação direta na atividade ou à cooperação para com o desempenho das organizações que a compõem.

O estudo da centralidade de grau na rede formada por essas organizações permitiu identificar, em Ouro Preto, um maior poder exercido pelos organismos públicos, com expressivo destaque para a Universidade Federal, e instituições de fomento ao turismo. Esta cidade, apesar das dificuldades enfrentadas, possui um dinamismo muito superior a Cachoeira no tocante à economia do turismo. Em 2016 o turismo de Ouro Preto contava com 87 hotéis e similares, número que se encontra em crescimento; a rede de hospedagem de Cachoeira dispõe hoje de nove meios de hospedagem. Patrimônio da Humanidade, com o mais expressivo acervo barroco do Brasil, situada no Sudeste, a mais rica dentre as regiões brasileiras, Ouro Preto exerce um maior poder de atração frente aos visitantes. Mas diante da crise atual algumas organizações locais, e, mais especificamente, dos ramos da hotelaria e gastronomia, constituíram uma rede para realização de trabalhos em parceria que, conforme entrevistados, já tem surtido vários efeitos, como uma “união e diálogo muito interessante para o grupo, uma relação mais próxima”. Utilizando-se das redes sociais, a denominada localmente como *Rede* possibilita a disponibilização de informações para os empresários e a comunidade. E além do apoio a alguns eventos, encontra-se em estudo pelo grupo a possibilidade de profissionalizar o planejamento e captação de eventos para a cidade. Dentre os seus membros cinco compõem a relação dos 20 vértices de maior centralidade de grau na rede de Ouro Preto, ou seja, são os que detêm um maior número de conexões, os mais poderosos, dotados de maiores contatos.

Em Cachoeira, a análise indica que a atuação da Universidade Federal frente a rede do turismo cultural local ainda requer maior fortalecimento. A UFRB não aparece dentre os 20 vértices de maior centralidade de grau. A liderança dos Top 5 é ocupada por uma organização social que tem na cultura um grande vetor para a inclusão social e nos projetos, frutos, sobretudo, de editais, a sua grande fonte de financiamento. Ainda nesse grupo dos cinco aparece

outra organização social cujos numerosos parceiros são, em maioria, organizações e atores estrangeiros, o que a permite um mais amplo leque de conexões.

O estudo realizado nos dois espaços urbanos serviu para indicar que no Brasil, mesmo em cidades históricas consideradas patrimônio nacional ou mundial, o turismo cultural pode não ser percebido e tratado como prioridade pelos gestores locais. De uma forma geral, as gestões públicas ainda necessitam apoiar mais intensamente essa atividade. Faz-se importante ressaltar também que, independentemente do Estado, as organizações locais podem iniciar movimento de formação e fortalecimento das suas redes sociais. Essas redes, hoje já uma realidade, a exemplo do identificado em Ouro Preto, além de contribuir para os resultados alcançados pelo turismo, quem sabe poderão vir a estruturar-se de forma a possibilitar ao destino uma participação mais efetiva nas diretrizes e propostas para a atividade. As redes podem se formar naturalmente, como em Ouro Preto, ou impulsionadas por organizações, a exemplo de uma universidade. Espera-se que essas e outras cidades brasileiras compreendam a importância das ações em parceria para o fortalecimento das suas organizações e do seu turismo cultural. Quiçá este possa ser um possível caminho para que o turismo traga uma maior contribuição ao desenvolvimento local de alguns espaços urbanos do Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

- Álvares, D., Lourenço, J. (2017). *Planejamento, Competitividade e Gestão do Turismo em Ouro Preto - Brasil*. [Web log post]. Disponível em file:///E:/Users/Lucia/Downloads/Dialnet-PlanejamentoCompetitividadeEGestaoDoTurismoEmOuroP-5018506.pdf. Acesso em 5 maio 2017
- Bahia (2018). *Perfil socioeconômico do município de Cachoeira*. Salvador: SEI, 2018. [Web log post]. Disponível em [http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores\\_2904902.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores_2904902.pdf). Acesso em 05 nov. 2018.
- Banco do Nordeste do Brasil (2014). *Governo assina contrato para requalificação da Baía de Todos os Santos*. [Web log post]. Disponível em: [www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Prodetur\\_ne2/gerados/situacao\\_atual.asp](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Prodetur_ne2/gerados/situacao_atual.asp). Acesso em: 24 nov. 2014.
- Barabási, A.-L (1999). *Emergence of scaling in random networks*. Science, v. 286, p. 509:512.
- BRASIL (2007). *Destinos Indutores: Política de desenvolvimento do turismo nos destinos*. Brasília: MTur. [Web log post]. Disponível em [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/acontece/download\\_acontece/AirtonPereira\\_Destinos\\_Indutores\\_manhx\\_0408.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/acontece/download_acontece/AirtonPereira_Destinos_Indutores_manhx_0408.pdf). Acesso em 22 nov. 2018.
- Brasil (2010). *Turismo cultural: orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Brasil (2018). *IBGE Cidades*. [Web log post]. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>. Acesso em 16, out, 2018.
- Campus, M. M., Guimarães, M. V. A. F., Ferreira, L. J. A., Alvares, L. M. A. de R (2017). *Estudo da rede de colaboração científica em nanotecnologia na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária*. Campinas: TransInformação.
- Cunha, M.(2013). *Redes semânticas baseadas em títulos de artigos científicos*. Salvador: SENAI/CIMATEC.
- Dias, P. H. P (2017). *Turismo de Experiência: Crescimento Econômico, Inclusão Social e Políticas Públicas – Cachoeira/Ba*. Cruz das Almas: UFRB, Dissertação de Mestrado.

- Faria, D. M. C. P.(2017). Um museu no meio do caminho. Inhotim e o desenvolvimento regional. Curitiba: Editora Prismas.
- Figueirola, M. P (1985). *Teoría económica del turismo*. Madrid: Alianza Editorial, S.A.
- Gobbo, S. (2016). *Aplicação da teoria de redes no contexto de uma rede de médicos com vínculos profissionais em unidades de saúde públicas e privadas*. São Paulo: USP.
- Monumenta (2014). *Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia*. [Web log post]. Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/monumenta>>. Acesso em: 22 nov. 2014.
- Fonseca, C. D (2003). *Funções, hierarquias e privilégios urbanos*. Belo Horizonte: Varia História.
- Hanneman (2001). *Introducción a los métodos del análisis de redes sociales*. Califórnia: Universidad de California Riverside.
- Jornal Grande Bahia (2018). *PRODETUR define intervenções náuticas na Baía de Todos-os-Santos*. [Web log post]. Disponível em <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2018/06/prodetur-define-intervencoes-na-baia-de-todos-os-santos/> Acesso em 5 nov. 2018.
- O Liberal (2018). *Para conter despesas, prefeito de Ouro Preto anuncia cortes no próprio salário*. Ano XXXI n. 1312, 26 out..
- O Libera (2018). *Cidade de Ouro Preto decreta calamidade financeira*. Ano XXXI n. 1313, 01 nov. 2018.
- Ouriques, H.R (2005). *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas: Alínea. Programa Monumenta. [Web log post]. disponível em <http://www.ipac.ba.gov.br/monumenta>; acesso em 22/11/2014
- Queiroz, L. M. A de (2007). *Turismo urbano, gestão pública e competitividade. A experiência da cidade de Salvador*. Salvador: P555 Edições.
- Queiroz, L. M. A. (coord.), Santana, M. C. de, Souza, C. S. G (2013). *Diagnóstico cultural dos municípios da área de influência do estaleiro Enseada do Paraguaçu*. Salvador: EEP/Iphan (mimeo.).
- Queiroz, L. M. A de, Souza, R. C. de A. *Caminhos do Recôncavo: proposição de novos roteiros histórico-culturais para o Recôncavo baiano*. Salvador: Programa Monumenta, UNESCO, 2009.
- Vera, F. R. (coord.), Palomeque, F. L., J. M. (1997). *Análisis territorial del turismo*. Barcelona: Ariel Geografía.
- Sharpley, R. (2009). *Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?* London: Earthscan.
- Straforini, R (2007). *Tramas que brilham: sistema de circulação e a produção do território brasileiro no Século XVIII*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Tinoco, D (2016). *Municípios mineradores deixam de recolher R\$ 8 milhões mensais*. . [Web log post]. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/mg-municipios-mineradores-deixam-de-recolher-8-milhoes-mensais-1905394>. Acesso em 27 nov. 2018
- Wasserman, S., Faust, K (1994). *Social Network Analsis*. Cambridge: Cambridge, University Press.
- Werkema, M. G. (2018). *Ouro Preto na História: protagonismos, paradigmas, revisões*. Ouro Preto: Livraria e Editora Graphar.